



Número: **0806784-67.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT**

Última distribuição : **07/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA (AUTOR)		PAULO VICTOR COUTINHO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9400332	21/02/2017 15:31	DOC 1 - DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
9400344	21/02/2017 15:31	DOC 2 - DOCUMENTOS MEDICOS	Documento de Comprovação
9400351	21/02/2017 15:31	DOC 3 - BOLETIM DE OCORRENCIA	Documento de Comprovação
9400359	21/02/2017 15:31	DOC 4 - RAO X	Documento de Comprovação
9400365	21/02/2017 15:31	DOC 5 - DOCUMENTOS DO VEICULO	Documento de Comprovação
9408533	23/02/2017 14:25	Despacho	Despacho
9830581	27/03/2017 18:41	EMENDA A INICIAL	Outros documentos
9830575	27/03/2017 18:41	Petição	Petição

DOC. 1

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Francisco Jussier de Oliveira, brasileiro, solteiro, soldador, RG: 002.955.863, inscrito no CPF sob o número: 086.213.554-00, residente e domiciliado na Av. Mar Mediterrâneo, nº 133, Bairro Jardim Brasil, Natal/RN, CEP: 59133-010.

OUTORGADO: Daniel Ramon da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN, sob o número 14.156 e no CPF sob o número 016.634.014-62, residente e domiciliado na cidade de Natal/RN, com escritório profissional na Rua Miguel Arcanjo Galvão, nº 1.950, Bairro de Lagoa Nova, Edifício Plenarium, 9º andar, sala 906, CEP: 59064-560.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com "cláusula ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer está a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Natal/RN 15 de fevereiro de 2017.



Francisco Jussier de Oliveira

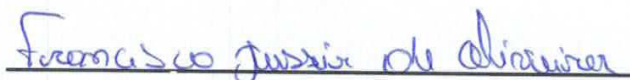
DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, soldador, RG: 002.955.863, inscrito no CPF sob o número: 086.213.554-00, residente e domiciliado na Av. Mar Mediterrâneo, nº 133, Bairro Jardim Brasil, Natal/RN, CEP: 59133-010, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da aceção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Natal-RN, 15 de fevereiro de 2017.



Francisco Jussier de Oliveira

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
<div> <div>  </div> <div> <p>INTERPRINT LTDA</p> <p>VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>1350970051</p> </div> </div>	
<div> <div> <p>NOME</p> <p>FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA</p> </div> <div> <p>DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR UF</p> <p>2955863 ITEP RN</p> </div> </div>	
<div> <div>  </div> <div> <p>CPF</p> <p>086.213.554-00</p> </div> <div> <p>DATA NASCIMENTO</p> <p>20/11/1992</p> </div> </div>	
<div> <p>FILIAÇÃO</p> <p>CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA</p> <p>MARLENE COSTA DE OLIVEIRA</p> </div>	
<div> <div> <p>PERMISSÃO</p> <p></p> </div> <div> <p>ACC</p> <p></p> </div> <div> <p>CAT/HAB</p> <p>AB</p> </div> </div>	
<div> <p>Nº REGISTRO</p> <p>05370432009</p> </div> <div> <p>VALIDADE</p> <p>17/05/2021</p> </div> <div> <p>1ª HABILITAÇÃO</p> <p>06/12/2011</p> </div>	
<div> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>EXERCE ATIV REMUNERADA;</p> </div>	
<div> <p>Assinatura do Portador</p> <p><i>Francisco Jussier de Oliveira</i></p> </div>	
<div> <div> <p>LOCAL</p> <p>NATAL, RN</p> </div> <div> <p>DATA EMISSÃO</p> <p>25/10/2016</p> </div> </div>	
<div> <p>Assinatura do Emissor</p> <p>14133696450</p> <p>RN702412044</p> </div>	
<p>DETRAN RN - RIO GRANDE DO NORTE</p>	
<div> <p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p> <p>1350970051</p> </div>	

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

cosern
Grupo Neoenergia

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.198/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
DAYANA PAULA AZEVEDO DE PAIVA
CPF: 016.888.704-58 NIS: 20091855505

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
AV MAR MEDITERRANEO 133 CS-A LÔT
JARDIM BRASIL OFICINA DO CARLOS
PAJUCARA/ÁREA URBANA
NATAL RN
59133-010

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL 001303535	SÉRIE UNICA	EMIÇÃO 27/12/2016
APRESENTAÇÃO 27/12/2016	Nº DO CLIENTE 3010998103	Nº DA INSTALAÇÃO 2598014

CONTA CONTRATO 7010612882	MÊS/ANO 12/2016
DATA DE VENCIMENTO 11/01/2017	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA 26/01/2017
TOTAL A PAGAR (R\$) 68,76	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

Descrição	Valor
Comunicação o não pagamento das(s) contas(s) de energia elétrica(s)	

Compreensão das obrigações do consumidor, as qualificações dos serviços prestados e Art. 4º da Lei nº 10.438/2002

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais poderes, na pessoa do advogado **Fabio Henrique de Miranda Felix**, OAB/RN 9.645, todos os poderes que a mim foram outorgados por Francisco Jussier de Oliveira, para ajuizamento de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Natal-RN, 16 de fevereiro de 2017.



Daniel Ramon da Silva

OAB/ RN 14.156

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais poderes, na pessoa do advogado **Paulo Victor Coutinho Pereira**, OAB/RN 12.061, todos os poderes que a mim foram outorgados por Francisco Jussier de Oliveira, para ajuizamento de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Natal-RN, 16 de fevereiro de 2017.



Daniel Ramon da Silva

OAB/ RN 14.156

DOC. 2



HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Petropolis - Natal/RN - CEP 59.012-330
Telefone 3215-9857
CNPJ 24.518.573/0001-70
CNS 3708926

ATESTADO MÉDICO

Atesto que o segurado.....*Francisco Jussien*.....

.....*de Oliveira*.....

foi examinado nesta Unidade às horas, necessitando

de *40* (*quarenta*) dias de afastamento do trabalho,

a partir desta data. *cm-w: 582.6*

03/02/17

Localidade e data

Jessé de Moura L. Neto
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 6718

Ass. do Médico Carimbo com CRM

NOTA: Este atestado é válido para as finalidades previstas no Art. 85 de PGPS, aprovado pelo Decreto nº 66.561 de 14.03.67 e será expedido pela justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.



Prefeitura Municipal do Natal
A nossa cidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REDE MUNICIPAL DE URGÊNCIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Nº: 17

DISTRITO SANITÁRIO: HMN	DATA DE ENTRADA: 03/02/17	HORA: 10:47
NOME: Francisco Junior de Oliveira	SEXO: M	
NOME DO RESP. (se menor de idade): Morlene Costa de Oliveira		
DATA DE NASCIMENTO: 20/11/1992	ESTADO CIVIL: -X-	FONE: 98883-3139
ENDEREÇO: Av. Mar Mediterrâneo Nº 133	PROFISSÃO: -X-	
BAIRRO: Poyuara	CIDADE: Natal	PROCEDÊNCIA: RN

SINAIS VITAIS

PA	FC	FR	TEMP	SPO2	PESO	HGT	DOR		
							LEVE	MODERADA	INTENSA

HISTÓRICO PATOLÓGICO

COMORBIDADES:

USO DE MEDICAÇÕES:

ALERGIA MEDICAMENTOSA:

ESTADO GERAL

Aparentemente BEM	Consciente	Orientado	Sinais de agravamento
REGULAR	Politraumatizado	Hemorragias	Agitação
GRAVE	Dispneia intensa	Convulsão	Precordialgias
Outros			

QUEIXA PRINCIPAL (EVOLUÇÃO E EXAME FÍSICO)

DO G Torceno (E)

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AZUL	VERDE	AMARELO	VERMELHO
------	-------	---------	----------

Juvêncio de Paiva Amorim
Hospital Municipal de Natal
Mat. 72.276-9
HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL
Rua Coronel Joaquim Manoel, 654
Petrópolis - Natal/RN - CEP 59.012-330
TEL.: 84 3215-9857
CNPJ 24.518.573/0001-70
CNES: 3708926

ENFERMEIRO/COREN

CONFERE COM
O ORIGINAL
Juvêncio de Paiva Amorim
Hospital Municipal de Natal
Mat. 72.276-9

AVALIAÇÃO DO PACIENTE	HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL / EXAME CLÍNICO	
	Trauma no tornozelo @ Há 09 dias	
	Apresenta dor, edema e hematoma no tornozelo	
	Diz ter vindo de moto	
	EXAMES COMPLEMENTARES	
	Raio X TVE @: AP e P	
	F.O. não obstruções	
	DIAGNÓSTICO	
	Fratura de fíbula @	
CID 10:		
MÉDICO/CRM		

SEGUIMENTO TERAPÊUTICO	DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO	
	Tratamento conservador	
	acompanhamento laboratorial no LON	
	ANALGESIA	
	Tudo bom	
	Jesse de Moura L. Neto Ortopedia - Traumatologia CRM - 6718	
	ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM	
ANOTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL		
MÉDICO/CRM		

DESTINO DO USUÁRIO	INTERNAMENTO LOCAL: Sim () Não ()		DATA: / /	
	REMOÇÃO: Sim () Não ()		LOCAL: DATA: / /	
	TRANSFERÊNCIA: Sim () Não ()		LOCAL: AVALIAÇÃO/ESPECIALISTA: EXAME:	
	TRANSPORTE		MÉDICO/CRM	
	SAMU		SAV () SBV ()	
	FAMÍLIA		PARENTESCO:	
	OUTRO		QUAL:	
	ALTA HOSPITALAR		MÉDICO/CRM	
	DECISÃO MÉDICA		DATA: / /	
	À REVELIA		HORA:	
À PEDIDO		MÉDICO/CRM		
ÓBITO		ENTREGUE A:		
DATA: / /		() FAMÍLIA		
HORA: / /		() FUNERÁRIA		
		() OUTRO		
		DECLARAÇÃO DE ÓBITO		
		DATA: / /		
		HORA: / /		
		MÉDICO/CRM		

14 129.002/0001-90

INSTITUTO DE ORTOPEDIA DE NATAL

R São Domingos, 329, Igapo

CEP 59 104-110

Natal-RN

Fao Jussier de

seu

Atestado

Reparo por 30

(trinta) dias.

cd: 882.6

15/02/17


Dr. Rodrigo Cabral
Ortopedista
CRM 6046/SBOT-14525



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL



PACIENTE FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA
DATA DE ENTRADA 30/01/2017 **HORA** 23:16 **Nº BAA** 234956
IDADE 24 **SEXO** M **ETNIA** Pardo
CARTÃO SUS 703603040982331 **ESTADO CIVIL** Solteiro(a)
CPF 086.213.554-00 **RG** 2.955.863 - SSP
NOME DA MÃE MARLENE COSTA DE OLIVEIRA
NOME DO PAI CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA
NASCIMENTO 20/11/1992 **NATURALIDADE**
TELEFONE (84) 8879-7400 **PROFISSÃO** Soldador
RUA/AV. Rua Do Bagre **Nº** 85
COMPLEMENTO - **BAIRRO** Pajuçara
CEP 59132-460 **CIDADE** Natal-RN
ORIGEM Família **MOTIVO** Acidente de Trânsito / Ônibus - moto
ACID. DE TRABALHO Não **USUÁRIO** Francisco

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Paciente vítima de Colisão moto-carro, há menos de 08 horas na circunstância do acidente estava pilotando a motocicleta e colidiu com o capote no outro veículo, apresentando também trauma em MIE. No momento refere dor, entorpecimento da vista.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A Vias aéreas permeáveis; Sem imobilização cervical e sem dor
B FV/preco em a abdominal; MVA diminuído em bases
C Perfurção periférica <1>; RCR em ST BNF 15/10/10
D Glasgow 15;
E Lesões/escuras em região lateral de Antebraço (E) e em mão (E) e em MIE (E)

OUTRAS OBSERVAÇÕES

TOMOGRAFIA/HNWC

Data: 30/01/17 Hora: 00:31

Técnico: Gerson/Gustavo

Exame: Crânio/Coluna/Torso/ABD

Médico: S. B. A.

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATÓRIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCORE FINAL
23:30						15	

DIAGNÓSTICO INICIAL

CONTUS. PERNA (F)

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL, 30/01/2017
MAT. Nº. 154 828
SAME
ASSINATURA

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A (ALERGIAS): Nega

M (MEDICAÇÃO EM USO):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS):

L (LÍQ E ALIMENTOS INGERIDOS)

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL):

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)

① Radiografia tórax PA

② Radiografia Pele AP

③ Radiografia Antebraço A P e lateral

④ Radiografia Mão A P e oblíquas

⑤ TC Crânio

⑥ Radiografia Tomo de AP

⑦ Radiografia Pele AP

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

① Voltar em 75mg - dom (EM)

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1: <u>Altos pedro</u>	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 2: <u>NCR</u>	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3:	HORA:	DATA:

ANEXO II - SUPLENTE DO BÁSICO DE VIDA: 1 - AVALIA A RESPONSABILIDADE DA VITIMA 2 - PEÇA AJUDA A OUTRA PESSOA (LOQUE 17) QUANDO ESTIVER FOIA DE HOSPITAL 3 - ABAIL 4 - AVALIE RESPIRAÇÃO (VER, OUVIR, SENTIR) 5 - SE APNÉIA, APLIQUE 2 VENTILAÇÕES DE RESGATE (DISPOSITIVO BOLSA VALVA MÁSCARA) 6 - AVALIE PULSO CAROTÍDEO, OU FEMORAL (TRUJ) QUAL EM LACTENTE, AUSCULTE, INICIE COMPRESSÕES TORÁCIAS, 100MMH (PROPOÇÃO 30:2) ATÉ A CHEGADA DO DCA 7 - AVALIE O RITMO E A FREQUÊNCIA DO DCA 8 - AVALIE O RITMO E A FREQUÊNCIA DO DCA 9 - AVALIE O RITMO E A FREQUÊNCIA DO DCA 10 - RITMO NÃO CHOCÁVEL, REINICIE RCP DO 2º 11 - AVALIE O RITMO E A FREQUÊNCIA DO DCA 12 - PARE RCP QUANDO O EQUIPE DE SUORTE AVANÇADA ASSUMIR, OU CASO A VITIMA SE MOVIMENTE 13 - AVALIE A POSIÇÃO DO DCA

EXAMINANDO ESPECIALIZADO 1: NEOPOLETON

ANAMNESE

pac com diabetes 15 anos
depois de uma queda
fora 35 min AGD NE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL 06/02/2019
MAT. Nº 154880-20
SAME
ASSINATURA

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASSOW		
Abertura Ocular (AO)		4
Oftos se abrem espontaneamente.		
Oftos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se espere por menos de 4, se não há)	3	
Oftos se abrem por estímulo doloroso	2	
Oftos não se abrem.	1	
Melhor resposta verbal (MRV)		5
Orientado (Responde corretamente a perguntas sobre seu nome, lugar onde está, data e hora, e dia da semana)	5	
Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	4	
Palavras inapropriadas (Fala aleatória, mas uma troca conversacional)	3	
Sons ininteligíveis (Gargalhadas com articulação palatovelar)	2	
Ausente	1	
Melhor resposta motora (MRM)		6
Obedece a ordens verbais. (Paz calma e sempre quando lhe é ordenado)	6	
Localiza voluntariamente	5	
Resposta flexora a dor	4	
Paralisação a dor (Desorientação)	3	
Paralisação a dor (Desorientação)	2	

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASSOW	13-15 = 4
	9-12 = 3
	6-8 = 2
	4-5 = 1
FREQUÊNCIA RESPIRATORIA	10-20 = 4
	>20 = 3
	6-9 = 2
	1-5 = 1
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	>90 = 4
	75-90 = 3
	55-75 = 2
	1-55 = 1

"Escala de Trauma Revisada (RTS): São índices de sobrevivência para pacientes de trauma físico. Referência: Adaptado de Champion H.L., Sacco W.L., Goss, et al. A revision of the Trauma score. J. Trauma 25(7):844, 1988.

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)*

03 - 08 grave (necessidade de intubação imediata);
09-14 moderado;
15-16 leve

* Referência: TEASDALE G. JENNET S. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

* A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com idade superior a 3 anos. No Escala Qualitativa aplica-se ao doente que não consegue a intubação de sua via de acordo com as seguintes definições:

SEM	DO	LEVE	Moderado	Intensa	Po
0	1	2	3	4	

DOC. 3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA DA CAPITAL - DPGRAN
6º DISTRITO POLICIAL
Rua Juliano Moreira, s/n, Conj. Pajuçara II, Natal-RN – Fone: (84)3232-7836

BOLETIM DE OCORRÊNCIA 277/2017.

TIPO DE OCORRÊNCIA: ACIDENTE VEICULO (moto)

LOCAL: Av. Mar Mediterraneo, 133, Parque das Dunas III, Nesta Capital.

DATA E HORA: 30 de Janeiro de 2017

COMUNICANTE/VÍTIMA: FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: Carlos Antonio de Oliveira e Marlene Costa de Oliveira

NATURAL DE: Natal – RN

NASCIDO: 20/11/1992

PROFISSÃO: Serralheiro

ESTADO CIVIL: Uniao Estavel

DOCUMENTO: RG 02.955.863

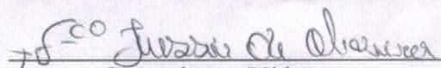
CPF 086.213.554-00

ENDEREÇO: Av. Mar Mediterraneo, 133, Parque das Dunas III, Nesta Capital. (84)9.8883-3839

HISTÓRICO: O comunicante compareceu a esta Unidade Policial, informando que na data, hora e local acima descrito, quando chegava nas proximidades de sua residencia, no veículo tipo moto HONDA/CG 150 SPORT placa NZA 7408, cod renavam 00865971692 (doc em nome de Gilvan Ramos da Silva), perdeu o controle da moto, após ser trancado por um veículo tipo VAN, tendo caído sofrendo lesão no tornozelo e hematomas pelo corpo, conforme laudo médico. Nada mais disse.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Registrado o presente BO, conforme ordem verbal do DPC Olegario Cesar de Mendoza Junior, para as providências que o caso requer. Recebendo também orientação a procurar a DEAV para prosseguimento.

Natal-RN, 03 de fevereiro de 2017.


Comunicante/Vítima


Policial responsavel pelo registro
Jonas Nunes Sousa
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 190.973-8

DOC. 4



DOC. 5

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, GILVAN RAMOS DA SILVA

RG nº 1.610.242, data de expedição 05/03/1995

Órgão ITDP, portador do CPF nº 02428888447, com

domicílio na cidade de NATAL, no Estado de

R/N, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

DOUTOR AMARO XENAGA, nº 36

complemento LOT. NOVO HORIZ, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA o condutor era

FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA

Veículo: MOTO

Modelo: CG 150 SPORT

Ano: 2005

Placa: MZA 2408

Chassi: 9C2KC08605E021417

Data do Acidente: 30/01/17

Local e Data: AV. MAR MEDITERRANEO

X GILVAN RAMOS DA SILVA

Assinatura do Declarante

Francisco Jussier de Oliveira

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 10179/00507 Nº 013101585065
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 00865971692 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2016

NOME

GILVAN RANOS DA SILVA

CPF / CNPJ

024.288.884-47

PLACA

MZA7408

PLACA ANT / UF

MZA7408/2M

CHASSI

9C2XC08605R021417

ESPÉCIE TIPO

PASSEIRO/MOTOCICLETA NA CLASSE

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/CG 150 SPORT

ANO FAB.

2005

ANO MOD.

2005

CAP / POT / CIL

OCV/149 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

VENO. COTA ÚNICA

VENO. / COTAS

IPV A R\$ 0.00

FAIXA I.P.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

1º

ISENTO

2º

ISENTO

3º

ISENTO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

*** TAXAS DETRAN: PAGO ***

DPVAT

PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: 400865031417

LOCAL

NATAL/RN

DATA

15/08/2016

GILVAN RANOS DA SILVA

CONTRATANTE DO REGISTRO E LICENCIAMENTO

EXPEDIENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 013101585065 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2016

DATA EMISSÃO

15/08/2016

VIA

1

CPF / CNPJ

024.288.884-47

PLACA

MZA7408

RENAVAM

00865971692

MARCA / MODELO

HONDA/CG 150 SPORT

ANO FAB.

2005

CAT. TARIF.

9

Nº CHASSI

9C2XC08605R021417

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

15/08/2016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

8ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 5º Andar, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0806784-67.2017.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita.

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias úteis emendar a inicial informando quais as lesões ocasionadas em decorrência do acidente, bem como trazer cópia do requerimento administrativo do seguro DPVAT.

Cumprida a diligência acima, considerando a informação prestada pelo Cejusc- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no sentido de que a referida unidade jurisdicional está organizando, em comum acordo com a seguradora Líder, a logística necessária e a periodicidade para que a perícia e a audiência de conciliação se realizem no mesmo dia, determino a Secretaria deste Juízo para encaminhar os presentes autos ao Cejusc pelo sistema de marcação de audiências, sem designação de data.

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

NATAL/RN, 22 de fevereiro de 2017

ARKLENYA XEILHA SOUZA DA SILVA PEREIRA

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA
CIVIL DA COMARCA DE NATAL-RN.**

Processo nº 0806784-67.2017.8.20.5001

FRANCISCO JUSSIER DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, **EMENDAR A PETIÇÃO INICIAL** com fulcro no art. 321 do Código de Processo Civil.

O Autor, por meio de despacho, foi intimado a emendar a inicial, para informar quais as lesões ocasionadas em decorrência do acidente e a cópia do requerimento administrativo do seguro DPVAT.

1. LESÕES OCASIONADAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE:

A lesão sofrida pelo autor se encontra descrita no Doc. 2, juntado aos autos no momento da sua distribuição, qual seja, a **fratura da fíbula**.

2. COPIA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO:

O autor não possui a cópia do requerimento administrativo, já o que o mesmo optou por realizar a cobrança do seguro DPVAT, pela via judicial, **tendo em vista as considerações feitas no tópico 2, das preliminares.**

Abaixo segue novamente os motivos que levaram o autor a não entrar com o pedido administrativo:

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS.
INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.
INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE
INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.**

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).**

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ
PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO.
DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A
falta de requerimento administrativo não retira dos**

beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a

menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

3. REQUERIMENTO:

Diante do exposto, sanado a deficiência delimitada, o autor vem pleitear o prosseguimento da ação e posteriormente a citação da Ré, nos moldes da peça inaugural.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Natal/ RN, 27 de março de 2017.

Daniel Ramon da Silva

OAB/ RN 14.156

Petição em anexo.